

**Trabalho e Saúde e perspectivas de integração:  
as redes sociotécnicas de Vigilância em  
Saúde do Trabalhador nos Territórios**

**Jorge Mesquita Huet Machado**

[Doutor em Saúde Pública - Tecnologista da Fiocruz]

Iniciando essa coluna gostaria de trazer o que considero a essência da saúde do trabalhador (ST). Em termos histórico-conceituais: o processo de trabalho e a interação do modo de produção com o contexto territorial e os desafios da práxis de resolução das necessidades de saúde no cenário da organização dos serviços e das políticas públicas. A relação do trabalho com a saúde é um fator determinante e de determinação social estruturante da sociedade, pois une o modo de produção com a reprodução social. Organiza o território onde as relações sociais são especializadas e produzem e se impregnam de historicidades das relações humanas com os espaços simbólicos e expressões de políticas sociais, especialmente das políticas de saúde em sua dimensão coletiva e de integração intersetorial.

Como visto na obra de Ramazzini, a saúde e o trabalho se articulam, onde a presença de uma padaria no território insere a dimensão da produção, articulada à reprodução social na localidade, transformada pela presença daquele equipamento social promotor de saúde coletiva. Além de ampliar o acesso ao alimento, ao mesmo tempo estabelece um espaço aos trabalhadores que, a partir de sua organização, configura situações de trabalho que transformam a saúde dos trabalhadores, ao transformar os insumos em alimento básicos para a reprodução social da população do território.

Marx, no *O Capital*, descreve o processo de trabalho como transformação a partir da interação do trabalho com os meios de produção que, para além da transformação física da matéria em produto, transforma o trabalhador em ser social.

A interação biológica e psíquica individual e coletiva constitui, assim, a essência da classe trabalhadora e de seu papel nas transformações dos espaços e da sociedade. E, mais, configura territórios em disputa de interesses de classe que resultam em configurações espaciais e de modos de produção mais ou menos promotores de saúde.

A observação de Ramazzini sobre a interação do processo produtivo na saúde dos trabalhadores e na coletividade e a compreensão de Marx do trabalhador como ser social transformador da natureza estabelecem as bases da essência do campo da saúde do trabalhador na virada entre os séculos XX e XXI.

Em um salto tripla de 150 em 150 anos, chegamos nos anos 2000 com uma formulação em que o trabalhador e sua cultura de classe se impõe como protagonista de sua saúde e da saúde coletiva.

A força inicial dessa concepção é percebida no Movimento dos Trabalhadores da Itália trazido até nós pelas missões sanitárias organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro, na década de 1980, também fonte de inspiração da Reforma Sanitária Brasileira.

O *Movimento Obrero Italiano*, descrito por Oddone, e a saúde das fábricas, por Berlinguer, coincidem com o ressurgimento do sindicalismo brasileiro, a Reforma Sanitária e a ST latinoamericana formulada por Anamaria Tambellini e Asa Cristina Laurell, entre outros.

O desafio de tornar as ações de ST uma práxis tem sido a diretriz do campo temático desde a discussão da Lei 8.080/90, em que é estabelecida a saúde como direito e dever de estado e a ST como parte desse direito, intensificando a responsabilidade do Estado com os impactos sanitários das políticas de desenvolvimento regionais. A saúde de base territorial, relacionada aos determinantes e determinação sociais do processo saúde-doença, é pautada pelas políticas de saúde pública, como no caso da PNSTT [Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora] (2013) e PNSIPCFA [Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas] (2014) e nas diretrizes da Vigilância em Saúde pós Conferência Nacional (2016/17), em especial da Vigilância em Saúde do Trabalhador - VISAT.

O desafio de uma práxis de VISAT parte de sua heterogeneidade e da necessidade de consistência operacional transversal, intra e intersetorial, definida pela centralidade do trabalho na determinação social da saúde e do processo de produção e reprodução social na organização de múltiplos espaços de observação, análise e intervenção. A integração da vigilância em saúde em sua concepção epidemiológica, sanitária e ambiental, a partir da ST, compreende a rede de assistência, moldada na participação social e nos problemas definidos no território de abrangência de ação. A interação proposta define uma práxis de Vigilância em Saúde do Processo de Desenvolvimento, operada continuamente por um processo pedagógico e informações compartilhadas. E, ainda, com apreensão e análise da informação para uma ação múltipla definida por processos intersetoriais de promoção da saúde, acompanhados por mecanismos de gestão e governança participativa integrada.

A definição estratégica organiza respostas às necessidades observadas, a partir da VISAT, como instância de análise da situação de saúde e organizadora do sistema de saúde em seus múltiplos formatos.

A heterogeneidade característica da VISAT contribui de múltiplas formas para a promoção da saúde em uma perspectiva de uma política de bem estar social e de desenvolvimento econômico e cultural. Exemplo da heterogeneidade é a estratégia definida por processo de regionalização e temáticas indutoras de estruturação que ressignifiquem as práticas sanitárias preventivas e assistenciais em articulação com problemáticas sociais.

Assim, a práxis sanitária contempla o processo de desenvolvimento e a história socioeconômica das comunidades como objeto da promoção e vigilância articuladas com os cuidados coletivos e individuais das políticas de saúde.

Os caminhos da implantação de uma Vigilância em Saúde de base territorial, integrada e participativa têm sido definidos a partir de casos de implantação da PNSIPCFA, da PNSTT, Política Nacional de Saneamento Básico, práticas de vigilância de populações expostas aos agrotóxicos e alternativas agroecológicas em processos de educação popular definidores de práticas de intervenção para construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. ■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*